

Entrevistado: *Dalmo Silva*

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 31 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 35 min

Número de fitas: 01 fita

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira

Sumário

Abertura. Os motivos que o levaram a escolher a carreira. Relacionamento com os Juízes enquanto Advogado. Comentários sobre a transferência da Capital Federal para Brasília. O início da carreira (1963). A questão dos baixos salários. Atuação na 15ª Vara Criminal. Crítica ao excesso de trabalho como um inconveniente da carreira. Comentários sobre conflitos com os militares. Independência de atuação. Episódio envolvendo o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Depondo em Comissões de Inquérito. Sua atuação como Secretário da Associação dos Magistrados Brasileiros, durante a Fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Comentários sobre a desconfiança inicial entre os Magistrados oriundos dos dois Estados. O Governo Geisel e a Magistratura. Comentários sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A remoção para o Tribunal de Alçada Cível. Sua ida para o Tribunal de Alçada Criminal. Comentários sobre a quantidade de processos estudados. Independência frente a Opinião pública. O relacionamento do Tribunal de Alçada Criminal e o Tribunal de Justiça. A troca de denominação dos Tribunais de Alçada. A criação do Centro de Estudos do Tribunal de Alçada Criminal (CETAC) e sua função (1986). Opinião sobre o Sistema Penal Brasileiro. Afirmação por leis mais duras e em menor quantidade. Críticas a aplicação das leis. Opinião sobre a pena de morte. Opinião sobre o Tribunal de Júri. Sua atuação como representante brasileiro na União Internacional dos Magistrados. A figura dos Juízes brasileiros. A existência da Justiça Militar. Comentários sobre os Juízes Militares. Eleição para o Tribunal Eleitoral. A Justiça Eleitoral como salvaguarda da Democracia. A importância da informatização da Justiça Eleitoral. O controle administrativo do Poder Judiciário. Abuso por parte dos Presidentes dos Tribunais. Lembrança sobre um fato marcante em sua vida profissional. Novos comentários sobre a independência do Judiciário. Encerramento.